

Voto de Pesar

Evocação de Amílcar Cabral, no cinquentenário do seu assassinato

Em 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral, destacado dirigente do movimento de libertação nacional, fundador e Secretário-Geral do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), foi assassinado por agentes a soldo do regime fascista e colonialista português, em Conakry, capital da República da Guiné.

O crime provocou repulsa e indignação em toda a humanidade progressista. A Organização das Nações Unidas, a Organização da Unidade Africana, governos, partidos e personalidades de diversos quadrantes no mundo condenaram a acção ignóbil do colonialismo português.

Evocar este trágico acontecimento é um dever de memória para não deixar cair no esquecimento um crime monstruoso, a somar a tantos outros, reveladores da real natureza do colonialismo português e do carácter criminoso das guerras coloniais que tanto sofrimento infligiram aos povos e muitas vidas ceifaram.

Nada poderá parar a marcha da História

Filho de pais cabo-verdianos, Amílcar Cabral nasceu em 12 de Setembro de 1924, na cidade de Bafatá, na então colónia da Guiné. A família muda-se anos depois para a ilha de Santiago, em Cabo Verde, e ali o jovem Amílcar conclui o ensino primário. Entre 1938 e 1944 frequenta o Liceu de São Vicente, onde, aluno brilhante, dinamiza iniciativas culturais, escreve poesia, preside à associação de estudantes.

Em 1945, com uma bolsa de estudos, ruma a Portugal e matricula-se no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa. No ambiente do pós-II Guerra Mundial, com a derrota do nazi-fascismo e a emergência das lutas emancipadoras dos povos na Ásia, América Latina e África –, Cabral estuda e convive com outros jovens, portugueses e africanos. Participa nas actividades da Casa dos Estudantes do Império, cria um Centro de Estudos Africanos, dá aulas de alfabetização a trabalhadores, é membro activo do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD), que se opõe à ditadura fascista.

Após terminar com elevadas classificações a licenciatura e estágio, escolhe em 1952 trabalhar nos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné. Na então colónia, como engenheiro agrónomo, exerce diversos cargos e dirige o recenseamento agrícola do território, aprofundando assim o conhecimento da realidade. Tenta criar, em 1954, uma associação desportiva e recreativa em Bissau, mas as autoridades coloniais consideram-na subversiva, proíbem-na e obrigam Cabral a abandonar o país natal.

Passa a viver e trabalhar em Portugal e Angola – onde contacta com patriotas que depois formarão o MPLA –, com breves passagens pela Guiné. Numa dessas viagens, funda em Bissau, com outros patriotas, em 19 de Setembro de 1956, o Partido Africano da Independência (PAI), mais tarde PAIGC.

Em Janeiro de 1960 deixa definitivamente Lisboa e, em Maio, instala a direcção do PAIGC em Conakry, retaguarda solidária da luta dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde pela sua independência.

A partir de então, Amílcar Cabral e seus companheiros – entre eles Luís Cabral, seu irmão, e Aristides Pereira, que serão os primeiros presidentes da República da Guiné-Bissau e da República de Cabo Verde – preparam as condições para a luta que se avizinha. Não sem antes tentarem, uma vez mais, uma solução pacífica para a liquidação da dominação colonial nos dois territórios.

O PAIGC envia em 1 de Dezembro de 1960 ao governo português um memorando a propor negociações sobre a independência, mas não obtém resposta. Assim, face à cega intransigência da ditadura fascista e colonialista portuguesa e, por outro lado, com o alargamento da luta política e o aumento dos apoios internacionais, o PAIGC desencadeou a 23 de Janeiro de 1963 a luta armada de libertação nacional na Guiné, com um ataque ao quartel militar de Tite, no sul do território.

A partir daí, a luta desenvolveu-se de forma imparável, tanto no plano político e militar como no plano diplomático, com sucessivos êxitos do PAIGC, que articulava o combate libertador com o MPLA, que iniciou a luta armada em Angola em 1961, e a FRELIMO, que proclamou a «insurreição armada geral» em Moçambique em 1964.

Desesperados, os colonialistas tentaram travar os avanços do PAIGC – em especial a proclamação nas regiões libertadas do Estado nacional da Guiné-Bissau, o primeiro da sua história – assassinando Amílcar Cabral.

Poucos dias antes da sua morte, na mensagem de Ano Novo que dirigiu aos militantes do seu partido, em Janeiro de 1973, o líder do PAIGC alertava: «... a situação em Portugal se degrada aceleradamente e o povo português afirma, cada vez com maior vigor, a sua oposição à criminosa guerra colonial, (...) o governo colonial fascista e os seus agentes na nossa terra estão apressados em ver se conseguem mudar a situação antes que fiquem completamente perdidos na sua própria terra, (...) mas perdem o seu tempo e fazem perder em vão e sem glória as vidas dos jovens portugueses que mandam para a guerra. Cometerão ainda mais crimes contra as nossas populações, farão ainda muitas tentativas e manobras para destruir o nosso Partido e a luta. Farão certamente ainda vários actos de agressão desavergonhada contra os países vizinhos. Mas tudo em vão. Porque nenhum crime, nenhuma força, nenhuma manobra ou demagogia dos criminosos agressores colonialistas portugueses será capaz de parar a marcha da História, a marcha irreversível do nosso povo africano da Guiné e Cabo Verde para a independência, a paz e o progresso verdadeiro a que tem direito».

O assassinato de Cabral não destruiu a gesta independentista dos povos guineense e cabo-verdiano.

O PAIGC prosseguiu o combate nas diversas frentes e intensificou a luta armada, obtendo significativas vitórias sobre o exército colonial. Em Julho de 1973, realizou-se o II Congresso do PAIGC, que elegeu Aristides Pereira secretário-geral do partido. Em 24 de Setembro, a Assembleia Nacional Popular, reunida na zona libertada do Boé, no Leste guineense, proclamou o Estado da Guiné-Bissau e de imediato a maioria dos países da ONU reconheceu a jovem República.

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou a ditadura em Portugal. O levantamento popular que se lhe seguiu abriu caminho à Revolução de Abril. No seguimento de conversações entre as novas autoridades portuguesas e o PAIGC, foi assinado em Argel, a 26 de Agosto, um acordo em que Portugal reafirmou o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência. O governo português reconheceu a independência *de jure* da Guiné-Bissau a 10 de Setembro e Cabo Verde tornou-se independente a 5 de Julho de 1975.

Os povos dos dois países proclamaram Cabral seu herói nacional e fundador da nação guineense e da nação cabo-verdiana.

Amílcar Cabral deu um valioso contributo para a luta dos povos

O assassinato de Amílcar Cabral não foi a primeira tentativa dos colonialistas portugueses de destruir o PAIGC, com o propósito de travar a luta pela emancipação nacional e social dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Logo no final dos anos 50 e começo dos anos 60 do século XX, perante a implantação e fortalecimento do partido, os seus inimigos trataram de criar falsos movimentos no exterior, na tentativa de barrar caminho ao avanço da luta de libertação. Nos anos seguintes, a par do suborno e do recrutamento de traidores, foram promovidas campanhas permanentes com base no racismo, no tribalismo e em diferenças de religião, procurando semear a divisão, quebrar a unidade e «destruir o PAIGC por dentro».

Simultaneamente, foram arquitetados planos para prender ou matar alguns dirigentes, de que é exemplo a Operação Mar Verde, em Novembro de 1972, que consistiu na organização e participação ao mais alto nível dos colonialistas portugueses e seus lacaios na invasão da República da Guiné, com o objectivo de liquidar Amílcar Cabral.

Fracassaram, esta e outras operações, mas nunca desistiu o governo fascista e colonialista de Portugal de decapitar o PAIGC, até que concretizou a eliminação física do seu Secretário-Geral, procurando com este acto criminoso parar a luta emancipadora dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Mas em vão, como a história o demonstrou.

Passado pouco tempo após o seu assassinato o PAIGC declarava a independência da Guiné-Bissau e, poucos meses depois, foi liquidado o fascismo em Portugal e reconhecida pelas novas autoridades portuguesas a independência da Guiné e demais colónias portuguesas, acontecimentos que decorreram de uma necessidade histórica, porque corresponderam à vontade dos povos.

Revolucionário, patriota e internacionalista, Amílcar Cabral foi um grande amigo do povo português. Sempre considerou que o combate do PAIGC não era contra o povo português, mas contra o fascismo e o colonialismo português, e tal como o PCP e outros democratas em Portugal, também sempre considerou que o povo português e os povos da Guiné e de Cabo Verde eram aliados na luta contra o inimigo comum.

Foi a derrota desse inimigo comum que permitiu a liberdade de ambos os povos.

Ao evocar Amílcar Cabral, queremos homenagear uma das mais preminentes personalidades da luta de libertação nacional dos povos africanos, que marcou todo um período de impetuoso avanço da emancipação social e nacional no mundo.

Cinquenta anos passados sobre o seu assassinato, os ideais a que Amílcar Cabral dedicou toda a sua vida mantêm toda a actualidade e o seu legado continua a constituir um valioso contributo para o combate dos povos pela liberdade, soberania e independência, pelo progresso social, bem como um património dos que lutaram contra o regime fascista e colonialista português.

Assim,

A Assembleia Municipal do Seixal, reunida em 30 de Janeiro, na sua 1ª Sessão Extraordinária de 2023, evoca o percurso e o legado imortal de Amílcar Cabral e delibera:

- 1- Assinalar os 50 anos do assassinato de Amílcar Cabral, manifestando o profundo pesar pela sua eliminação física, às mãos do criminoso regime fascista e colonialista português.**
- 2- Enviar o presente voto de pesar às Embaixadas dos países de Língua Oficial Portuguesa em Portugal; às representações do PAIGS, da Guiné-Bissau, e do PAICV, de Cabo Verde, assim como às organizações das comunidades africanas radicadas no concelho do Seixal.**

Seixal, 30 de Janeiro de 2023

P'lo Grupo Municipal da CDU

Armando Farias

Catarina Teixeira

Maria João Louro